



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO

**ATA**

**REUNIÃO DO COGESPRE - COMITÊ GESTOR PERMANENTE DO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE**

Data e horário: 16 de dezembro de 2025, às 14h

Local: Sala de reuniões, n. 1121, torre 1

**PARTICIPANTES - MEMBROS DO COGESPRE:**

Juíza Carolina Ranzolin Nerbass	Juíza Cooperadora Técnica da Presidência
Juiz Rafael Steffen da Luz Fontes	Juiz-Corregedor do Núcleo II
Rodrigo Strobel Pinto	Coordenador de Planejamento
Maurício Walendowsky Sprícigo	Diretor-Geral Judiciário
Hallan Medeiros	Assessor Técnico da DTI
Filipe Ivo Rosa	Assessor de Planejamento

**PARTICIPANTES - CONVIDADOS:**

Juiz Raphael Mendes Barbosa	Juiz Corregedor do Núcleo V
Ana Paula Zimmermann de Meireles Philippi	Grupo de Monitoramento e Fiscalização
Rafaela Carla Vitorino	Diretoria de Suporte à Jurisdição de Primeiro Grau
Helen Petry	Secretaria de Gestão Socioambiental
Paulo Régis Mendes	Secretaria de Gestão Socioambiental
Gabrielle Cristina Machado Abreu	Coordenadoria Estadual do Sistema dos Juizados Especiais e do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos
André Ricardo Sada Graff	Coordenadoria Estadual do Sistema dos Juizados Especiais e do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos
Kedma de Souza	Coordenadora do Núcleo V-CGJ
Deborah Moraes de Jesus	Diretoria de Gestão de Pessoas
Michelly Nascimento Silva	Diretoria de Gestão de Pessoas
Eduardo Cardoso Silva	Diretoria de Orçamento e Finanças
Vinicius Araújo	Diretoria de Orçamento e Finanças

**PAUTA:**

1. Breve resumo do Prêmio 2025.
2. Apresentação sobre minuta do Prêmio CNJ de Qualidade 2026 (novidades e impugnações).

3. Estudos sobre alteração para Grande Porte.
4. Propostas para cumprimento dos requisitos zerados:
  - 4.1 Incidentes de Progressão de Regime (GMF e DSJPG)
  - 4.2 Socioambiental (SGS)
  - 4.3 Conciliação (Cojepemec)
  - 4.4 Priorização 1G (DGP e DOF)
5. Criação de um comitê de gestor para o Datajud.

## **DELIBERAÇÕES:**

Iniciada a reunião, o servidor Filipe Ivo apresentou as principais mudanças ocorridas no Prêmio CNJ de Qualidade que foram apresentadas na minuta da portaria. Destacou-se o fato de que os critérios removidos eram plenamente atendidos pelo TJSC, razão pela qual a manutenção de pontuação para o próximo ano fica mais difícil.

**IMPUGNAÇÕES:** O TJSC, por meio dos seus Agentes Focais ligados ao COGESPRES, impugnou 12 critérios da minuta da portaria. São eles Art. 10, VI - (40 pontos), Art. 10, XII (20 pontos), Art 12, I, "b.3" (10 pontos), Art. 9º, inc. IX (30 pontos), Art. 9º, inc. XXV, a (30 pontos), Art. 9º, inc. XXV, c (30 pontos), Art. 10, inc. XIII (60 pontos), Art. 12, inc. IX (55 pontos), Art. 9, III (50 pontos), Art. 10, III (70 pontos), Art. 10, IV (20 pontos) e Art. 10, VII (20 pontos).

**PORTE DO TRIBUNAL:** O servidor Filipe apresentou os estudos feitos a respeito dos scores dos Tribunais Estaduais de Porte Grande e Porte Médio. Demonstrou-se que a principal disparidade entre o TJSC e os Tribunais de Porte Médio se dá pela variável CASOS PEDENTES. Os presentes discutiram a respeito da atualização das variáveis MAGISTRADOS com o intuito de tentar aproximar-se do score do TJBA (último tribunal de Grande Porte). O servidor Filipe argumentou que, para uma correta comparação, seria necessário atualizar os dados de todos os outros tribunais, razão pela qual a modelagem estatística utilizou um marco temporal, qual seja, os dados apresentados no Relatório Justiça em Números 2025. O Magistrado Raphael Mendes Barbosa, Juiz Corregedor do Núcleo V, sugeriu o contato com o TJBA para entender melhor o processo de assunção para Grande Porte.

**CRITÉRIOS ZERADOS EM 2025:** Na sequência, a servidora Ana Paula (GMF) iniciou a apresentação detalhada do diagnóstico e do plano de ação para que o TJSC consiga pontuar no critério de Incidentes de Progressão de Pena no próximo certame. O Magistrado Raphael Mendes esclareceu as dificuldades jurídicas encontradas pela CGJ para cobrança dos magistrados a respeito dos incidentes. A Magistrada Carolina Ranzolin defendeu a ideia de cobrança dos magistrados para julgar, alegando que a não-decisão retira o direito até mesmo de recurso das partes. A servidora Rafaela Carla comentou das ações feitas pela DSJPG que foram mapeadas com o intuito de minimizar o número de incidentes e padronizar as ações. Os presentes concordaram que a regionalização da matéria tende a trazer mais padronização nos processos de trabalho e, conseqüentemente, menos incidentes.

Após a discussão, a servidora Helen Petry (Secretaria de Gestão Socioambiental) apresentou as principais dificuldades de se alcançar resultados mínimos no Índice de Desenvolvimento Sustentável. A servidora demonstrou os estudos feitos pela ASPLAN com análises de cenários e os possíveis resultados alcançados no IDS atrelados a cada ação. A principal discussão foi quanto ao consumo de garrafas plásticas, uma vez que o TJSC tem um dos maiores consumos nacionais, gerando um impacto negativo no IDS. O Diretor de Orçamento e Finanças, Eduardo Cardoso, sugeriu a análise de custo-benefício das ações e o possível impacto no IDS.

A partir destes tópicos, a Magistrada Carolina Ranzolin abriu o questionamento a respeito da apresentação destes cenários, dados e informações para a nova administração. O Diretor da Diretoria-Geral Judiciária, Maurício Sprícigo, informou que o Desembargador Presidente orientou

consignar tudo em ata e juntar no processo SEI da equipe de transição. Após discussões, acordou-se de que, além da juntada da ata no referido processo, buscar-se-á uma apresentação para a equipe de transição.

Na sequência, a Diretora de Gestão de Pessoas, Deborah Moraes, explanou o critério de Priorização 1G demonstrando que a principal dificuldade do TJSC é o atendimento da proporcionalidade de Funções Comissionadas e Cargos em Comissão entre o 1º e o 2º Grau. Segundo a diretora, para atingir o equilíbrio são necessários R\$500 Mi/ano. Destacou-se que o atendimento deste critério é uma dificuldade, também, de outros tribunais estaduais. A proposta de solução é uma mudança a longo prazo. O Diretor Eduardo ressaltou que essas mudanças precisam estar aliadas à melhoria na prestação jurisdicional. O Diretor Maurício questionou ao servidor Filipe quais tribunais atendem a esses dois critérios e, após uma breve análise no resultado Prêmio 2025, a resposta foi de que nenhum tribunal atende o critério de proporcionalidade de gastos com Cargos em Comissão. No caso de Função em Comissão, vários tribunais atendem.

Ainda dentro do tópico de priorização do 1º Grau, o servidor Vinícius Araújo apresentou o levantamento da Diretoria de Orçamento e Finanças quanto aos investimentos no 1º e 2º graus dentro da proporcionalidade da entrada processual. Sugeriu-se um acompanhamento mensal destes valores para o ano de 2026, uma vez que os dados de 2025 já estão consolidados.

Na sequência as equipes do GMF, DOF e DGP foram liberadas da reunião.

Por fim, dentro da análise de critérios que foram zerados no Prêmio 2025, o servidor André Ricardo (COJEPEMEC) relatou as mudanças nos critérios ligados à Conciliação que arrefeceram os percentuais mínimos necessários para pontuar. Relatou-se dois novos indicadores: conciliação em processos criminais e conciliação em execuções fiscais. O servidor falou das demandas abertas à DTI quanto a criação de movimentos e localizadores, bem como discussões a respeito da padronização dos registros. O servidor Gregório Divanenko sugeriu ações automatizadas que podem dirimir problemas no 2º grau. A servidora Gabrielle Abreu citou o exemplo do TJMA, que contratou um cientista de dados para auxiliar na análise dos dados do DATAJUD e, conseqüentemente, na melhoria nos índices de conciliação. Os servidores Filipe Ivo e Hallan Medeiros destacaram que o nosso caso é diferenciado do TJMA por utilizarmos o Eproc, criando camadas a mais de enriquecimento de dados antes do envio para o DATAJUD, diferentemente do TJMA que utiliza PJe e já tem os dados prontos no formato exigido pelo CNJ.

A Magistrada Carolina Ranzolin relatou a experiência do TJMA, que possui uma equipe exclusiva para trabalhar com critérios que impactam no Prêmio CNJ de Qualidade. Destacou que a equipe possui 10 magistrados da Corregedoria exclusivos para esse trabalho. Citou também a criação do Comitê permanente do DATAJUD no TJMA, propondo então a criação do mesmo comitê no TJSC. O Diretor Maurício Sprícigo contrapôs argumentando que esse trabalho já é atribuição do Núcleo de Estatística e Análise de Dados, não havendo a necessidade de criação de outro comitê e necessitando apenas de periodicidade de reuniões acerca do tema.

A reunião encerrou-se as 16h55, após o compromisso de marcação de uma reunião após o dia 15 de janeiro de 2026 e com o pedido de atenção ao reforço de equipe da Diretoria de Tecnologia da Informação, altamente demandada com critérios do Prêmio CNJ de Qualidade.

## **ENCAMINHAMENTOS:**

1. Atualização de cenários para mudança de porte
2. Criação de grupo no Teams para acompanhamento das ações.
3. Proposta de nova reunião em janeiro, após o dia 15.
4. Representação junto à equipe de transição institucional, com envio desta ata e sugestão

de reunião.

5. Importância de priorizar equipe da DTI para atender às exigências crescentes do CNJ.



Documento assinado eletronicamente por **Filipe Ivo Rosa, Assessor de Planejamento**, em 12/01/2026, às 15:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjsc.jus.br/verificacao> informando o código verificador **10229703** e o código CRC **639E3B49**.

0091418-09.2025.8.24.0710

10229703v2